



## **Discurso da Bastonária da Ordem dos Farmacêuticos na abertura do Congresso Nacional dos Farmacêuticos**

**Lisboa, 13 de outubro de 2017  
Centro de Congressos de Lisboa**

[Vocativos]

Senhor Ministro da Saúde muito obrigada por estar hoje aqui.  
Gostamos de o ter entre nós no Congresso Nacional dos Farmacêuticos.

O diálogo que temos mantido e os passos que temos conseguido dar em conjunto para encontrar soluções para os problemas do Serviço Nacional de saúde (SNS) e do sector farmacêutico, são prova da confiança e do compromisso que temos com o Ministério da Saúde.

Também quero agradecer a presença dos senhores Deputados pela confiança, clareza e interesse que têm mostrado pela Ordem dos Farmacêuticos.

Acreditamos que é com confiança mútua, solidez e realismo nas propostas e compromisso na ação, que cumprimos os Estatutos da Ordem dos Farmacêuticos.

É uma tarefa nem sempre fácil, mas obrigatória: colocar o cidadão no centro das soluções implica, algumas vezes, mudar paradigmas instalados. Abandonar posturas corporativas. Modificar processos a que nos habituámos. Privilégios que sentimos que nos pertencem por direito. O que deve preocupar uma Ordem Profissional são mais os deveres do que os direitos.

Temos preocupação com o exercício profissional, com a qualidade dos cuidados que são prestados pelos farmacêuticos aos portugueses.

Temos preocupações em garantir a autonomia técnico-científica dos farmacêuticos, trabalhem eles no sector público ou no privado.

Sabemos que existimos para, com poderes conferidos pelo Estado, exercer o interesse público quando o Estado não o possa garantir diretamente.

E garantimos, que no melhor interesse do cidadão, o exercício profissional assenta nas normas técnicas e princípios deontológicos, sempre com o objetivo do interesse público.

Os farmacêuticos são uma profissão científica e a garantia de um exercício profissional independente é determinante para a qualidade dos serviços.

Caso contrário, coloca-se em causa a razão de ser deste “contrato social” entre o Estado e as Ordens Profissionais.

Senhor Ministro da Saúde,  
Senhor Presidente do Congresso,  
Caros Convidados,  
Caros Colegas,

Neste encontro de todos os farmacêuticos, qualquer que seja a nossa área de atividade, estamos unidos num destino e num tempo comuns.

Queremos agradecer ao Presidente do Congresso, Professor Doutor Jorge Gonçalves, a forma como o concebeu, os temas que escolheu, a oportunidade de um programa que faz convergir Ensino, Ciência e Profissão e - não menos importante -, o espaço dedicado aos doentes e cidadãos, aos jovens, aos empreendedores e à nossa responsabilidade social.

Na sua pessoa cumprimos toda a equipa que organizou o Congresso e que, debaixo da sua liderança, empenho e rigor, o tornou possível.

E não esquecemos o apoio que tivemos dos nossos parceiros da Indústria e da Distribuição Farmacêutica, bem como de outras áreas setoriais e outros agentes, que quiseram ajudar os farmacêuticos a reunir nesta sala, durante três dias, 1800 participantes, para discutir, como tema central, o acesso ao medicamento.

Uma palavra também de agradecimento à Companhia de Ideias, por estar connosco, desde o primeiro dia, na organização deste Congresso.

Senhor Ministro da Saúde,

Temos legítimas preocupações sobre o acesso ao medicamento nas suas diversas vertentes. Daí termos escolhido este tema para o Congresso.

Portugal é um país desenvolvido. Tem um dos melhores sistemas de saúde do mundo. Uma das melhores agências na regulação do medicamento da Europa. É um dos sistemas mais eficientes, o que em boa parte se deve à resistência de muitos profissionais de saúde, e apesar de ter um orçamento cada vez menor e de as necessidades em saúde serem cada vez maiores.

Temos dívida (e grande) e este é um dos sinais de que o SNS continua sub-orçamentado.

Desde 2010, a despesa pública em saúde tem vindo a diminuir. Estava nessa altura em 4,9% do PIB. Hoje está em 4,2%.

Em 2017, o valor da transferência para o SNS do Orçamento Geral do Estado prevê uma redução, enquanto o PIB deverá ter um aumento nominal não inferior a 4%. Ou seja: o financiamento do Estado para o SNS este ano ficará abaixo dos 4,5% do PIB o que representará menos de metade do valor de referência da despesa total (9%).

Está à vista, que o SNS precisa de mais orçamento. Mas precisa também de menos burocracia e de menos tempo para a concretização das estratégias.

Nunca tivemos tantos planos na saúde, estratégias bem definidas, grupos de trabalho sólidos, milhares de recomendações. Temos, certamente, mais think-tanks por milhão de habitantes do que qualquer outro país da Europa.

No entanto, continuamos preocupados. Queremos saber como vamos continuar a combater as desigualdades, a pobreza, a violência, a exclusão social. Queremos saber como vamos diminuir o peso da doença. Como vamos construir equipas de profissionais que colaborem, efetivamente, no combate ao isolamento e abandono dos mais velhos, garantindo a dignidade e a assistência na vida e na morte e continuando a salvaguardar o direito à saúde?

Temos diversos pontos na nossa agenda comum que importa concluir nesta legislatura.

Demos vários passos fundamentais com este Governo: a criação da carreira farmacêutica (que temos de regulamentar em 180 dias) e um acordo para a sustentabilidade com os setores das farmácias, da indústria farmacêutica, das análises clínicas. Todos de capital importância para o SNS e para o Sistema de Saúde.

E porque é merecida, sublinhamos duas palavras de reconhecimento, em nome dos farmacêuticos. Uma ao Ministro da Saúde que não nunca prometeu mas cumpriu. Outra à Direção do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, na pessoa do seu presidente, Dr. Henrique Reguengo da Luz, pela negociação eficaz, pela postura correta e por nunca se esquecer que, sendo dirigente, era também farmacêutico e que os doentes estavam/estão primeiro. Obrigada, Henrique! Obrigada Senhor Ministro. Os farmacêuticos estão-vos muito reconhecidos.

Já o Acordo para a Sustentabilidade com o sector das farmácias tem evoluído de forma muito lenta e gradual. São vários os assuntos pendentes. E há um assunto que nos preocupa: O modelo de remuneração da farmácia pelo serviço público que os farmacêuticos prestam. Este está esgotado e tem que ser repensado.

O serviço público prestado pelas farmácias tem de estar medido e previsto no orçamento da saúde para que, de uma forma transparente, justa e comportável para o SNS, garanta os cuidados que precisamos de manter aos portugueses. Este acordo não pode ficar por cumprir nesta legislatura. Também o tempo se esgota para preparar o futuro.

Tem de ser feito um trabalho mais aprofundado com os médicos! Somos 9000 farmacêuticos nas farmácias comunitárias e temos plataformas tecnológicas. Em conjunto com os clínicos, podemos garantir a otimização da terapêutica na preparação individualizada da medicação, disponibilizando mecanismos para uma melhor adesão aos tratamentos e para a utilização adequada de dispositivos que acompanham terapias crónicas e que muitos idosos nem têm uma ideia de como utilizar.

Este é um trabalho conjunto, que começa com a prescrição médica e continua nos serviços farmacêuticos. Fazemos parte do sistema de saúde em Portugal e queremos ajudar a torná-lo mais próximo dos doentes e cidadãos, podendo também dispensar medicamentos para doentes VIH e oncológicos.

Queremos promover a comodidade, a conveniência geográfica, garantindo sempre a segurança, a privacidade e o dever de auxílio a estes doentes. Sabemos fazê-lo e somos capazes de o fazer em conjunto, com a prudência e responsabilidade necessárias.

Em 29 de Março último, em Bona, a Segunda Conferência Ministerial Global estabeleceu como objetivo reduzir em 5 anos, 50 % dos efeitos adversos relacionados com a medicação e que são evitáveis.

É também por questões de segurança, e porque temos a rede mais bem distribuída e qualificada do país que não viabilizaremos falsos argumentos de abertura da lista de medicamentos não sujeitos a receita médica fora do espaço da farmácia. Entregaremos até final do ano uma proposta solidamente fundamentada à Senhora Presidente do INFARMED. Somos o País com maior número de medicamentos fora da farmácia.

E o argumento de que alargar esta lista fora do espaço das farmácias promove a autonomia do doente e liberta recursos do SNS não nos convence.

Porque a farmácia também os liberta. E nela também se promove a autonomia. É, aliás, a farmácia que mais os liberta, pois há farmácias espalhadas equitativamente por todo o país e não somente nos grandes centros urbanos e nas grandes superfícies comerciais. Não vimos em Trás-os-Montes ou na Beira Interior "estes pontos de venda".

E, acima de tudo, são medicamentos. Têm riscos também. Não se percebe para que se libertam recursos de um lado, para, por outro, se aumentarem nos custos das urgências e dos cuidados hospitalares por uso indevido dos tais medicamentos que "libertam os tais recursos".

E afinal, em que ficamos?

É ou não importante fazer uso adequado dos medicamentos? É ou não importante tê-los em canais adequados tecnicamente? É aceitável que Portugal seja o único país da Europa que vende a contração de emergência fora das farmácias?!

Senhor Ministro, um último tema relacionado com a tão anunciada internalização das análises clínicas. A Ordem dos Farmacêuticos já manifestou publicamente a sua posição: somos favoráveis à utilização máxima dos recursos públicos.

O que não sabemos é se há essa tal capacidade instalada por todo o país na rede pública. Sabemos, sim, que na rede de laboratórios de análises e patologia clínica, de proximidade, servimos os portugueses durante 40 anos, com modernização, qualificação e satisfação.

Poderá haver zonas do país onde os laboratórios públicos podem fazer mais com os recursos que já têm. E, nesse caso, é assim que deve ser. Mas os exemplos que nos chegam não são esses.

Visitei Beja. Aqui o único laboratório de proximidade que resta já não pode fazer as análises prescritas na Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo (Hospital e Centros de Saúde). Para este laboratório, que emprega cerca de 30 técnicos altamente qualificados, que lá estão há 40 anos, foram deixadas as aldeias, os domicílios longínquos pagos pelo Estado a meia dúzia de euros. E mesmo quando o serviço público contrata técnicos, motoristas para recolher

amostras nestes centros mais periféricos, sendo deixada liberdade de opção ao doente, ele continua a preferir o laboratório de sempre.

E, porquê, Senhor Ministro? E, porquê, senhores deputados? Porque o cidadão não tem de esperar horas em pé, levantar-se de madrugada para ser o primeiro de uma longa fila, tem acesso a pequeno-almoço ligeiro após as análises por uma questão de conforto e saúde, tira dúvidas e angústias. Lá há especialistas para isso. E é também nesta rede que estudamos as resistências aos antibióticos, que fazemos o diagnóstico da infecção VIH e Hepatites víricas, perfis genéticos, tudo informação preciosa que, no entanto, o SNS não integra e não rentabiliza.

Ora isto é ou não é capacidade instalada?

São estes indicadores que queremos ver recolhidos e tratados. Queremos saber quem ganha o quê com a internalização das análises clínicas. Se internalização significa contratar mais recursos públicos, onde já faltam recursos hoje. Se internalização significa afundar equipas certificadas que ao longo de 40 anos fizeram o seu caminho, organizadas em micro e pequenas empresas, que são, afinal, o nosso tecido económico na saúde.

Pediremos um estudo independente a uma Universidade Portuguesa com reputação na área da Economia e Gestão sobre esta matéria. Faremos inquéritos de satisfação à população. Faremos os cálculos dos custos num e noutra modelo e procederemos a comparações. Em nome da transparência. E colocaremos esta informação, logo que possível, ao serviço do Ministério da Saúde e dos agentes políticos.

Termino dizendo que não somos por isso contra ou a favor da internalização.

Temos farmacêuticos que trabalham no sector público, privado e social. O que somos é frontalmente contra posições não fundamentadas com evidência, opacas e que não dão margem a uma discussão esclarecida. E contribuiremos com essa evidência, paga pelos farmacêuticos através da sua Ordem.

Para si, Senhor Ministro, uma última palavra de agradecimento pela candidatura de Portugal à Agência Europeia do Medicamento. A si, ao INFARMED e à Comissão Responsável da Candidatura por terem arrojado, pela ambição, pela projeção que nos dá.

Caros Colegas,

Por fim, uma palavra aos farmacêuticos, protagonistas deste Congresso. A união dos farmacêuticos em torno da sua Ordem é determinante.

À Ordem compete fazer cumprir o exercício profissional com base técnico-científica autónoma, dentro dos valores da ética e da responsabilidade social.

Tudo o resto pertence ao domínio do Sindicato, e das organizações sectoriais.

Somos uma profissão livre, liberal, organizada, autorregulada.

Construímos o nosso passado com sentido de Estado, ao serviço dos portugueses. Somos bem preparados, inclusivos, corajosos, assumimos riscos, e concretizamos. E queremos ser ainda melhores.

Precisamos de nunca abandonar um debate estratégico, e de construir de consensos com base em convergência e divergência.

E precisamos, todos, de estar disponíveis para assumir nesta Ordem responsabilidades. Temos de nos desassossegar, desassombrar, debater entre nós sem medo das diferenças, ter os melhores nas nossas fileiras. Isso dar-nos-á maior credibilidade e força. E maior confiança aos portugueses.

Somos farmacêuticos com destino próprio. Mais de 41% com menos de 35 anos. E 70% da profissão com menos de 45. Há um futuro inteiro à nossa frente.

Temos de estar abraçados à academia, à investigação, às ciências fundamentais e aplicadas. Somos uma profissão científica que agarra o progresso e a mudança. E sempre, sempre junto do nosso maior aliado: o cidadão.

Nunca tivemos, como hoje, gerações de farmacêuticos tão bem preparadas, tão globais, tão empreendedoras. E a educação que o País nos possibilitou tem que servir “para transformar espelhos em janelas” como escreveu Sidney Harris.

Por isso que não restem dúvidas. Estamos aqui para reforçar o nosso compromisso coletivo com o serviço público e com os cidadãos.

Somos farmacêuticos, por Portugal e pelos Portugueses.

Muito obrigada

Ana Paula Martins  
Lisboa, 13 de outubro de 2017